

**“FORÃO SÍTIOS DOS CRIMINOSOS”: EXPROPRIAÇÃO NA PROVÍNCIA DO PARÁ – MEADOS DO SÉCULO XIX****ELIANA RAMOS FERREIRA<sup>1</sup>**

**Resumo:** A Cabanagem atingiu a província do Pará em toda a sua dimensão, atravessou os rios, baías, igarapés, furos, atracando em suas margens. O controle sobre a terra foi um dos centros das disputas. Sítios, engenhos e fazendas foram alvos de destruição. Em toda a província, encontravam-se as marcas e as falas sobre a expropriação, o que aconteceu de ambos os lados beligerantes: cabanos e “tropas legais”. Por meio de Ofício de 27 de agosto, o comandante militar da Freguesia de Beja Joaquim Manoel Bahia de Menezes, solicitou autorização do presidente da província, Francisco Soares de Andréas, para distribuir entre os moradores “ordeiros” da referida Vila, os sítios que pertenciam aos cabanos, uma vez que os *criminosos estavam presos, mortos ou fugitivos*. Por outro lado, o presidente da província, na abertura da primeira sessão da Assembleia Provincial em 2 de março de 1838 explanou sobre as dimensões da “destruição” que havia atingido o Pará: “À exceção da vila de Cameté, freguesia de Abaeté, praça de Macapá, e das vilas e pequenas povoações do rio Xingu, não me consta que alguma outra parte desta vasta província escapasse ao furor dos malvados. Assim, na fala oficial, foram destruídos muitos engenhos e fazendas (geralmente, propriedades pertencentes às elites), dispersos ou mortos seus escravos, consumidos os gados de criação, extinta até a sementeira dos gêneros mais precisos ao sustento ordinário. O presente trabalho pretende refletir, ainda preliminarmente, sobre esse processo de expropriação da terra na província do Pará, durante a Cabanagem (1835-1840).

**Palavras-chave:** Cabanagem – Terras – Expropriação

**“FORÃO SÍTIOS DOS CRIMINOSOS”: EXPROPRIATION IN THE PROVINCE OF PARA - DURING CABANAGEM (1835-1840)**

The Cabanagem hit province of Pará in all its dimensions, crossed rivers, bays, bayous, boreholes, docking on its shores. Control over the land was one of the centers of disputes. Ranches, farms and mills have been targets of destruction. In all the province, found themselves marks and lines about expropriation, what happened belligerents on both sides: cabanos and “tropas legais”. Through Letter of August 27th, the military commander of the Parish of Beja Joaquim Manoel Bahia de Menezes, requested authorization from the provincial president, Francisco Soares de Andréas, to distribute among residents “ordeiros” of that village, the ranches which they belonged to cabanos, since *the criminals were arrested, killed or escaped*. On the other hand the president of the province, at the opening of the first session of the Provincial Assembly on March 2, 1838 expounded on the dimensions of "destruction" that had hit the Pará: “To the exception of the village of Cameta, parish Abaeté, square Macapá, and the villages and small towns of the Xingu River, not shown me that some other part of this vast province escaped the wrath of the wicked.” Thus, in speaking officer, were destroyed many plantations and farms (generally, property belonging to the elites), dispersed or killed their slaves, consumed the cattle breeding, extinguished by the sowing of the genres most accurate the ordinary sustenance. This work intends to reflect, even preliminarily, about this process of expropriation of land in the province of Pará, during Cabanagem (1835-1840).

---

<sup>1</sup> Profª Drª da EA/UFPA

**Keywords:** Cabanagem - Land - Expropriation

Em correspondência de setembro de 1835, o enviado pelo Governo Regencial para assumir a presidência da Província e combater o movimento cabano, Manuel Jorge Rodrigues, afirmava que A Cidade se acha em um aspecto deplorável e medonho porque não se encontravam senão pretos e tapuios nas ruas [...]. Que as ruas mais destruídas e em ruínas eram a da Praia e da Cadeia, as principais do comércio e que era acima de toda a expressão do roubo geral [...].<sup>2</sup>

A cidade no Tempo Cabanal mostrava outro rosto, outra feição, para descontentamento dos que detinham o poder nas câmaras municipais, controlavam o comércio e pretendiam dominar a vida social. Nos retratos da cidade ora ocupada pelos rebeldes, ora liberada pelas tropas de pacificação subentendem-se os tempos da Cabanagem e o movimento ordem–desordem–ordem, pelo qual primavam os agentes da legalidade.

As marcas dos combates plasmadas na cidade de Belém, portanto, não puderam passar despercebidas para as autoridades civis e militares, alguns memorialistas e viajantes.

A sociedade paraense foi abalada ao longo dos anos de luta. A mortalidade provocada pelos enfrentamentos gerou um número elevado de vítimas<sup>3</sup> no conflito e pela repressão, notadamente pessoas que estavam em idade economicamente ativa, questão que passou a ser um tema recorrente nos discursos da ordem.

O decréscimo da população repercutiu sobre a organização da economia. No interior, as fazendas e os engenhos estavam praticamente paralisados pela falta de “braços”. No transcurso deste “tempo de rebeldia”, grande parte da população masculina mobilizada, tanto pelo movimento cabano quanto pelas tropas imperiais, abandonou as roças, fazendas, engenhos e sítios. Além das deserções dos indígenas e tapuios, aumentou a fuga de escravos. Muitos se retiraram para o “sertão”, onde se formaram novos mocambos.

---

<sup>2</sup> Biblioteca Nacional/RJ. Seção de Manuscritos. Correspondência Militar. Registro Particular da Correspondência do Presidente Manuel Jorge Rodrigues com Diversos Ministérios do Império. 1835-1838.

<sup>3</sup> Há um número de mortos estimado por Domingos Antonio Rayol que vem sendo reproduzido sistematicamente, o qual seria de aproximadamente 30.000 pessoas que pereceram nos conflitos da Cabanagem. Contudo, ainda é preciso uma investigação sistemática sobre isso, pois aproximadamente em 1838-1839, começa um processo de recrutamento vigoroso na província: para o Corpo de Trabalhadores, para a Guarda Nacional, para o Batalhão de Polícia da Província, para o Arsenal de Marinha e para o Arsenal de Guerra.

Os chamados cabanos tiveram que largar suas atividades laborais e o seio de suas famílias para se engajar na luta. A diversidade de suas ocupações é retratada às avessas na relação de rebeldes presos na corveta defensora, como Lavrador, Lavrador/criador proprietário, Carpinteiro, Carpina, Alfaiate, Ourives, Sapateiro, Correeiro, Seringueiro, Pedreiro, Prático, Borrador, Vaqueiro, Calafate, Sem ofício.

O lavrador, vinculado por sua condição de existência a terra, ao sair dos seus “torrões”, experimentou a perda dos seus modos de sobrevivência e de produção de excedente. A produção de mandioca, algodão, café e tabaco, na província diminuiu, gerando problemas graves de abastecimento. Essa falta de braços estendia-se à coleta das drogas do sertão, além do plantio de gêneros agrícolas, nos serviços da fazenda de criação de gado e nos engenhos. (ACEVEDO MARIN e CASTRO: 1998: 67-81)

A chamada “gente de cor” estava inserida nos diversos espaços de produção, pois era o alicerce de uma economia que se baseava na mão de obra familiar, com base em uma organização de unidades domésticas que se engajavam em diversas atividades, em consonância com um calendário agro-extrativo. A coleta das drogas do sertão, as roças de subsistência, a fabricação de farinha, a construção de barcos, a lida com o gado, as pescarias e os trabalhos artesanais organizavam os diferentes tempos de trabalho. O abaixo-assinado, dos moradores de Oeiras, nos revela indícios dessas articulações dos sujeitos,

*[...] Cada família e cada pessoa emancipada tinha seu citio bem arranjado, suas roças de mandioca, de que extrahião grande quantidade de farinha d'agua, farinha seca, tapioca, carima, criação, porcos, galinhas, patos, pirouz, tinhão seus algudoaes, cacaoes, cafezaes, e tabacaez; e nos momentos vagos á lavoura empregavão-se assiduamte e com reciprocidade coadjudando-se na factura de azeite de andiroba, amarramento de tabaco, pescarias, factura de canoas, tramento de madeiraz e em outras cousas maiz com que fazia feliz sua subsistência, e faziao grande augmento ao mercado dessa Cidade, e dahi tãobem resultava grandes rendimentos á Fazenda Publica.<sup>4</sup>*

---

<sup>4</sup> Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinado. Caixa 02. 1842-1849. Grifos meus.

Pelo documento denota-se a importância dos sítios na economia da província, uma vez que a produção de culturas como o algodão, café e tabaco eram levados ao mercado da Cidade – Belém. Contudo, muitos foram expropriados de seus sítios, principalmente, quando havia o cruzamento político e étnico enquanto elementos norteadores da opressão. A índia Josefa foi uma que perdeu o seu ‘torrão’.

*A Índia Josefa da Gaia viuva de Eugenio da [?] é mulher assaz laboriosa, com seu sítio denominado Caxoeira em o rio [?] Pruaná [?] onde allem de roça de maniva, e cafezal, tirava grande rendimento de criação de galinha, patos e pirunz, foi forçada a abandonar seus estabelecimentos e seus bens, e conduzida pelo mesmo Commandante com seus filhos [...] como se escravos fossem a essa cidade.<sup>7</sup>*

Esse registro é quase uma excepcionalidade de violência e expropriação imputadas às mulheres. Josefa, índia, viúva, era cabeça de família, livre, responsável pela manutenção dos filhos e, assim como as outras sete mulheres, encontrava-se numa posição de submissão social, mas isso não constituía elemento estranho à dinâmica de relações sociais e étnicas tecidas na província.

“Mulher assaz laboriosa”, d. Josefa Gaia possuía um sítio com uma rentabilidade razoável para a sua existência e de sua família, cultivando uma roça com plantações de maniva (planta da qual deriva a mandioca, e, por conseguinte, fundamental para a produção da farinha, gênero básico na alimentação regional) e cafezal, além da criação de animais domésticos como galinha, patos e perus, ou seja, a unidade produtiva apresentava uma rentabilidade significativa, e quiçá, por isso, cobiçada pelo comandante militar do Corpo de Trabalhadores da Vila de Oeiras. Presa, foi remetida a ferros para a Cidade, condição atribuída aos criminosos de alta periculosidade, bem como os filhos; todos conduzidos para Belém como se fossem escravos. A produção advinda do sítio de dona Josefa era devidamente dividida para o atendimento das necessidades dos moradores e outra parte destinada à circulação no mercado, da Cidade de Belém, conforme registrado no abaixo-assinado dos moradores da Vila de Oeiras enviado ao presidente, citado anteriormente.

---

<sup>5</sup> Documento oxidado.

<sup>6</sup> Documento de difícil leitura, devido ao seu precário estado de preservação.

<sup>7</sup> Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-Assinados. Caixa 2, pasta 1. 1842-1849.

Apesar de a Cabanagem ter produzido uma queda da produção de alimentos, e haver uma carência de gêneros alimentícios, a produção para a subsistência. (MOREIRA NETO, 1988: 86) não parou, contrariando parte da historiografia. O cultivo de mandioca é um exemplo, visando, de imediato, o abastecimento familiar e interno da província – mas não estamos negando a necessidade desse produto, havendo inclusive a compra de farinha de províncias do nordeste.

Em 22 de agosto de 1836, o fazendeiro Jozé Francino Alves, do município de Igarapé-Miri, endereçou uma correspondência ao presidente da província, Francisco Jozé de Souza Soares de Andréa, para informar-lhe que a expedição enviada à cabeceira do rio Meroê, para fazer a varredura nos bosques e campos, em combate aos cabanos que por ventura estivessem escondidos, apenas teria encontrado:

*[...] algumas mulheres ocupadas em fabricar pequenas porções de farinha, que segundo conjeturo, talvez seja para fornecer a alguns malvados, que por ali ainda vagueem escondidos. Por cujo motivo julgo conveniente affastallas, ainda mesmo quando não haja outra prova mais que a mera suspeita, fundada na desconfiança, de que são susceptíveis taes mulheres por suas qualidades, e condições.<sup>8</sup>*

Favorável às tropas imperiais, o fazendeiro Alves<sup>9</sup>, valendo-se de sua posição social e política, desconfiava daquelas mulheres “por suas qualidades, e condições”.

Tais mulheres eram de cor e obres, estavam literalmente com “mão na massa”. Os parâmetros e valores do senhor Jozé Francino Alves o levaram a desqualificar ainda mais as mulheres supracitadas, impingindo-lhes, *a priori*, uma culpabilidade no processo da

<sup>8</sup> Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios dos Comandantes Militares. 1836-1837.

<sup>9</sup> Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios dos Comandantes Militares. 1836-1837. Na continuidade do documento, infere-se quanto à condição social e posicionamento político de Jozé Francino Alves. Ele afirma que o seu *estado definanças não He o mais prospero, tendo soffrido tantos roubos, e estragos em minha fazenda, restando-me apenas de todo alguns escravos e o Barco, que com tanto gosto tenho dedicado ao serviço da Pátria*. E seu posto político-administrativo no governo do presidente da província Francisco Jozé de Souza Soares d' Andréa era de Comandante Militar da Freguesia de Igarapé-Miri.

Cabanagem, ao identificá-las como, no mínimo, suspeitas de cumplicidade<sup>10</sup>, motivo pelo qual despojou-as de sua produção – “pequenas porções de farinha”. Outra motivação para tal despojo, foi a extrema necessidade desse produto, pois muitas roças foram abandonadas durante o período mais violento do movimento cabano.

A fornada de farinha poderia atender às necessidades de suas famílias, até mesmo pela quantidade indicada pelo apreensor, uma vez que os homens talvez, estivessem integrando as fileiras cabanas. Por outro lado, bem poderia ser mesmo destinada aos cabanos aquartelados na área. Mas, no momento, não é essa a nossa inquietação central. Mas a questão da terra.

O lugar em questão, a vila de Igarapé-Miri, possuía vários sítios e engenhos, estes com significativa utilização da mão-de-obra escrava negra, e teve grande adesão às hostes e influências cabanas.<sup>11</sup>. Afinal, as mulheres na mata fazendo farinha não é um compósito estranho à paisagem, uma vez que a presença da mulher na economia familiar da Amazônia é histórica. Os fragmentos da experiência social na fabricação de farinha indicam a participação da mulher nessa atividade, dentro de uma economia familiar e de subsistência, em que a cooperação no trabalho reveste-se enquanto prática social, uma vez que, ali, existe um estreitamento nas relações entre os sujeitos, bem como troca de experiências e saberes.

Mas em tempos de guerra, o inimigo deve ser despojado e privado dos recursos que lhe permitem engendrar e sustentar as batalhas. E a terra era um desses meios primordiais.

Assim em correspondência de agosto de 1838, o comandante da Vila de Beja, próximo à Igarapé-Miri Joaquim Manoel de Menezes, escreveu ao presidente da província informando que existiam *alguns lugares pelo Rio do mesmo distrito que forão Sítios dos criminosos deste distrito que hoje existem presos, mortos e fugitivos*, e que estavam sem habitantes. Descreve ainda que havia *fruteiras*, ou seja, estavam com plantação e que havia *quem os queira pvoar por que todos os ditos Sítios são em boas terras para a lavora*. Encerra solicitando a permissão para distribuir as referidas terras para aos moradores do distrito que quisessem povoar.

<sup>10</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da revolta**: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. p.309. Ver também: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia**: de Maioria a Minoría (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>11</sup> FERREIRA, Eliana Ramos. **Em tempo cabanal**: cidade e mulheres no Pará imperial - Primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1999.

Criminalizados, reprimidos, presos e mortos, os cabanos, bem como determinadas mulheres, deveriam ser também destituídos de seus meios de produção. O comandante da Vila de Beja, destacou a fertilidade das terras para a lavoura e a posição privilegiada para o escoamento da produção, *em alguns lugares pelo Rio*.

Por outro lado, o estado imperial procurou proteger as propriedades das elites, e dos partidários da legalidade, como pode-se denotar do documento acima. Mas, os membros das elites mesmo, por conta própria inseriram-se nos combates e repressão aos cabanos, em defesa de seus bens.

Da perspectiva das elites, as suas bases econômicas sofreram sérios abalos, suscitando constantes queixumes e reclamações de ataques e roubos às suas propriedades. Ainda o senhor Jose Francino Alves, em correspondência de 22 de agosto de 1836, informava que não poderia suprir as necessidades das tropas sozinho, como revela o documento, pois “[O meu] estado de finanças não he o mais prospero, tendo soffrido tantos roubos, e estragos em minha fazenda, restando-me apenas de todos alguns escravos e o Barco, que com tanto gosto tenho dedicado ao serviço da Pátria [...]”.<sup>12</sup>

Para as bandas do Marajó, Fazendeiros teriam colocado seus bens e propriedades a “serviço da Pátria”, como o morador acima. Eles disponibilizaram não só os barcos como também outros recursos, como o gado cavalari<sup>13</sup>. Mulheres também se posicionaram politicamente a favor das tropas legais, ou seja, contra os cabanos, como vemos em destaque na lista de dezembro de 1836.<sup>14</sup> Cinco mulheres aparecem como tendo “prestado” 36 animais. Do total de 62 acordados, ficaram por marchar 14 cavalos e 3 éguas. Em um tempo de insegurança e necessidade, esse gesto de auxiliar à Nação revelava politicamente fidelidade e o nível de riqueza dos fazendeiros.

<sup>12</sup> Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Serie Ofícios. Ofícios dos Comandantes Militares. 1836–1837.

<sup>13</sup> Sabe-se que o gado cavalari tinha uma importância fundamental para as tropas militares, fossem elas cabanos ou legais. O esquadrão montado possuía maior mobilidade e poder de combate. Sobre a temática do recrutamento militar no Pará Provincial, ver: NUNES, Herlon Ricardo Seixas. **A guarda nacional na província paraense: representações de uma milícia para militar (1831-1840)**. Dissertação (Mestrado em História Social), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2005. Ver também: KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento militar no Brasil Império”. **Diálogos**. Vol.3. n.3. DHI/UEM, 1999. p.113-51. Disponível em: <[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03\\_atg3.htm](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg3.htm)>. Acesso em: 06/02/2009.

<sup>14</sup> Mas muitas mulheres também se posicionaram a favor da Cabanagem. Ver (especialmente o último capítulo): FERREIRA, Eliana Ramos. **Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial - Primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1999.

TABELA 3 - “RELLAÇÃO DE CAVALARIA QUE FORÃO PRESTADOS P. A NAÇÃO GRATIS PELOS FAZENDEIROS”<sup>15</sup>

Nomes dos Fazendeiros da Sobserviço grátis	N.º prestado		N.º dos que marcharão		N.º dos que falta de marchar	
	Cava-llos	Egoas	Cava- llos	Egoas	Cava- llos	Egoas
D. Catharina de Oliveira e Souza	5	5	=	3	5	2
D. Lizarda Maria de Oliveira e Souza	3	3	=	2	3	1
D. Zeferina Maria de Oliveira e Souza	5	5	4	5	1	=
D. Thomazia Belumia Gemaque	5	5	2	5	3	=
João Austríaco	3	3	1	3	2	=
Antonio de Lacerda de Chermont	5	5	5	5	=	=
Manoel José Gemaque de Albuquerque	5	5	5	5	=	=
Somma	31	31	17	28	14	3

No meio da comoção social provocada pela Cabanagem, onde as garantias individuais ficaram momentaneamente suspensas, aumentavam as incertezas quanto à segurança da propriedade privada e havia uma crescente demanda de recursos materiais. Esses agentes econômicos disponibilizavam recursos fundamentais ligados à rede de transportes, como o barco e os cavalos, estes últimos extremamente preciosos do ponto de vista militar, pois o cavalo potencializa a força de ataque. Nesse ano 1836, multiplicaram-se os atos de cessão de cavalos e éguas<sup>16</sup> como o registrado no município de Muaná. Tudo indica que

<sup>15</sup> Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Diversos com o Governo. Códice: 853. Documento 114. 1836–1837. “Na d.<sup>a</sup> occazião que ouver e estiverem promptos farei remeça de quatorze cavallos e 3 egoas que faltarão para a sobserviço que os proprietarios oferecerão. Quartel do Comm.<sup>o</sup> Militar da Vila de Chaves 31 de Dezembro de 1836.”

<sup>16</sup> Os animais ficavam na cavalaria da fazenda Nacional Arary. Em documento de 23 de dezembro de 1836, o tenente-comandante do Quartel Militar da Vila de Chaves informou ao general Andréas que enviava a “Relação Nominal dos Fazendeiros que se prestarão com Cavallos e Egoas para omancio da Fazenda Nacional Arary, num total de 18 cavalos e 18 éguas”. Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Diversos com o Governo. Códice: 853. Documento 109, Anexo 01. 1836–1837.

ocorreu o confisco de animais entre os fazendeiros de Chaves e Muaná, porém, houve aqueles “que se prestarão com Cavalaria gratuitamente para omancio da Fazenda N. do Arary”<sup>17</sup>.

Ao engajamento dessas fazendeiras/os do Marajó, subjaz o posicionamento de classe, uma vez que na região havia uma grande concentração de propriedades/fazendas especializadas na criação de gado cavalariço, vacum e bubalinos, revelando significativo lastro de riquezas. Assim, ao disponibilizarem os recursos materiais e financeiros em favor da ordem imperial, eles estavam defendendo os seus bens e propriedades (móveis, imóveis e semoventes) do perigo de um “tempo cabanal”, onde o afrouxamento das relações sociais e o direito à propriedade foram questionados. Fornecer meios e recursos às tropas legais eram também defender os seus interesses políticos e suas bases materiais.

Se o presidente da província do Pará, indicado pelo governo regencial, Manoel Jorge Rodrigues<sup>18</sup>, em 1836, ressaltou a “a feiura” da cidade com ‘gente de cor’ transitando livremente, Francisco José de Souza Soares de Andréa, em 1838, ao discursar para os deputados da Assembleia Provincial, fez um balanço da situação econômica enfatizando que “[...] Foram destruídos a maior parte dos Engenhos e Fazendas, dispersos ou mortos os seus escravos, consumidos os gados de criação, e extinta até a sementeira dos gêneros mais precisos ao sustento ordinário [...]”.<sup>19</sup>

Colapso econômico, um cenário caótico. Nessa mensagem, o presidente fazia eco às exigências e reclamações dos proprietários de escravos e das terras que eram convergentes quanto à situação econômica do Pará provincial. Entretanto, se uma determinada organização produtiva, herdada de um passado colonial recente<sup>20</sup>, estava sendo atingida em meio ao caos,

---

<sup>17</sup> Ofício do Comandante do Quartel do Comando Militar de Villa de Chaves, em 31 de Dezembro de 1836, ao presidente da província Francisco José de Souza Soares d’Andreas. Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Diversos com o Governo. Códice: 853. Documento 114. 1836–1837.

<sup>18</sup> Durante a Cabanagem, a província do Pará conheceu três governos cabanos, visto pelo governo imperial como *intrusos*, ou seja, não foram reconhecidos pela ordem imperial. Esta ao mesmo tempo, continuava enviando os seus representantes nomeados como presidentes da província do Pará, com o objetivo primevo de reprimir o movimento cabano. Assim, enquanto na Cidade havia o governo cabano, nos navios surtos na Baía de Guajará, em frente à Belém, ficava alojado o representante do governo que se considerava ‘legal’, bem como nas Ilhas próximas como a Ilha de Tatuoca, que abrigou o repressor da Cabanagem, Francisco Soares d’Andréa.

<sup>19</sup> PARÁ, Governo da província do. Discurso com que o Presidente da Província do Pará fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial, no dia 02 de março de 1838. Pará, Typographia Restaurada de Santos e Santos Menor. p.4. Cf.: CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES - CRL. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>>.

<sup>20</sup> Na Amazônia portuguesa, não vingou o modelo hegemônico de estrutura produtiva implantada pela Coroa no nordeste, pautada principalmente na *plantation* – modelo agroexportador. Aqui pode-se identificar o

nem todas as engrenagens produtivas ficaram paralisadas. Uma economia em função da guerra foi engendrada, tanto pelo Estado quanto pelas pessoas comuns.

A economia do cotidiano continuava a ser gerida, mesmo que em ritmo de desaceleração, devido, entre outras causas, à saída de “braços” das atividades para as fileiras conflitantes, pois, grosso modo, por constatação óbvia, as pessoas precisavam suprir necessidades básicas, sobretudo de alimentação. Esses movimentos econômicos se imbricavam e, podemos pensar, geraram em momentos criativos de construção de novos espaços em meio à “desordem” da província insurreta.

A propriedade esteve no epicentro dos conflitos durante e depois dos conflitos. A insegurança ficou na memória coletiva da província, durante o registro de terras paroquiais, havia um padrão de reafirmação do acesso e legitimidade da posse/propriedade antes da obrigatoriedade da lei.

## REFERÊNCIAS

---

“imbricamento das relações sociais envolvendo o estabelecimento do extrativismo das *drogas do sertão*, o apresamento de índios e a existência de uma agropecuária voltada para o mercado, com a conseqüente utilização do trabalho escravo africano”. BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra na Amazônia** (sécs. XVII-XIX). Belém: Paka-Tatu, 2001. p.18.

- ACEVEDO MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas** – Guardiães de matas e rios. Belém: CEJUP, 1998.
- FERREIRA, Eliana Ramos. **Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial - Primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1999.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria (1750-1850)**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MOTTA, Márcia Menendes. **Nas fronteiras do poder - conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Sertões do Grão-Pará – 1755–1823**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2001
- SILVA, Ligia Osório da. **Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de 1850**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996